



# Prefeitura Municipal de Orobó

## Com Deus e o Povo Construindo um Orobó Novo.

### LEI Nº 1.012/2015

Institui o Sistema Para Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Consorcial no Município de Orobó e dá outras providências.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OROBÓ**, sua Excelência o senhor Cléber José de Aguiar da Silva, faz saber que, em sessão realizada em 22/12/2015, a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica instituído o Sistema para a Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Consorcial para definição de soluções, procedimentos, fluxos e responsabilidades dos agentes, de acordo com as disposições da Resolução CONAMA Nº 307, com o objetivo de facilitar a correta disposição e a destinação adequada dos Resíduos da Construção Civil, Resíduos Volumosos, Materiais Recicláveis do lixo domiciliar e Resíduos Orgânicos limpos gerados em Orobó, bem como de disciplinar os fluxos e agentes envolvidos.

Parágrafo único. Para efeito do disposto nesta Lei, ficam estabelecidas as seguintes definições:

- a) **RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL**: são os provenientes de construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, e os resultantes da preparação e da escavação de terrenos, tais como: tijolos, blocos cerâmicos, concreto em geral, solos, rochas, metais, madeiras e compensados, forros, argamassa, gesso, telhas, pavimento, vidros, plásticos, tubulações, fiação elétrica, etc., classificados conforme as normas federais específicas nas classes A, B, C e D, discriminadas no anexo I desta lei;
- b) **RESÍDUOS VOLUMOSOS**: são os resíduos provenientes de processos não industriais, constituídos basicamente por material volumoso não removido pela coleta pública municipal rotineira, como móveis e equipamentos domésticos inutilizados, grandes embalagens e peças de madeira, resíduos vegetais provenientes da manutenção de áreas verdes públicas ou privadas e outros;
- c) **MATERIAIS RECICLÁVEIS DOS RESÍDUOS DOMICILIARES**: são os resíduos secos provenientes de residências ou de qualquer outra atividade que gere resíduos com características domiciliares ou a estes equiparados, constituídos principalmente por embalagens;
- d) **RESÍDUOS ORGÂNICOS LIMPOS**: são os resíduos orgânicos segregados na origem, oriundos de grandes geradores como feiras livres, instalações comerciais e industriais de porte, restaurantes e outros, podendo também ser originados em conjuntos de unidades residenciais que exerçam intensa coleta seletiva do lixo seco reciclável.

Art. 2º. São responsáveis pelos respectivos resíduos os geradores de Resíduos da Construção Civil.

Parágrafo único. Para efeito do disposto neste artigo, consideram-se geradores de Resíduos da Construção Civil as pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, proprietárias ou responsáveis por obra de construção civil, reforma, reparos, demolições, empreendimentos de escavação do solo, movimento de terra ou remoção de vegetação que produzam Resíduos da Construção Civil.

Art. 3º. São responsáveis pelos respectivos resíduos os geradores de resíduos volumosos.





# Prefeitura Municipal de Orobó

## Com Deus e o Povo Construindo um Orobó Novo.

Parágrafo único. Para efeito do disposto neste artigo são considerados geradores de resíduos volumosos as pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, proprietárias, locatárias ou ocupantes de imóvel em que sejam gerados resíduos volumosos.

Art. 4º. Os transportadores e os receptores de Resíduos da Construção Civil e de Resíduos Volumosos são os responsáveis pelos resíduos no exercício de suas respectivas atividades.

§ 1º. Para efeito do disposto neste artigo, considera-se transportadores de Resíduos da Construção Civil e Resíduos Volumosos as pessoas físicas ou jurídicas, encarregadas da coleta e do transporte dos resíduos entre as fontes geradoras e as áreas de destinação.

§ 2º. São obrigações dos transportadores de Resíduos da Construção Civil e de Resíduos Volumosos:

- possuir cadastro na Prefeitura, conforme legislação municipal específica;
- utilizar seus equipamentos para o transporte exclusivo dos Resíduos da Construção Civil e Resíduos Volumosos, sendo proibido o transporte de qualquer outro tipo de resíduo;
- utilizar dispositivos de cobertura de carga em caçambas metálicas estacionárias ou outros equipamentos de coleta, durante a carga ou transporte dos resíduos;
- não sujar as vias públicas durante a carga ou transporte dos resíduos;
- possuir, para o deslocamento de resíduos, o documento de controle de transporte de resíduos, com as informações anunciadas no anexo II desta lei;
- fornecer, para os geradores atendidos, comprovantes nomeando a correta destinação a ser dada aos resíduos coletados.

§ 3º. Os transportadores de Resíduos de Construção Civil e de Resíduos Volumosos que operem com caçambas metálicas estacionárias ou outros tipos de recipientes removidos por veículos automotores ficam obrigados a fornecer documento simplificado de orientação aos usuários com instruções sobre posicionamento e volume a ser respeitado, tipos de resíduos admissíveis e outras que julgue necessárias.

§ 4º. Será coibida pelas ações de fiscalização a presença de coletores não cadastrados pela Prefeitura e a utilização irregular das áreas de destinação e equipamentos de coleta.

Art. 5º. O Sistema para a Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Consorcial no município constitui o conjunto integrado das seguintes ações:

I - implantação de uma rede de pontos de entrega para pequenos volumes em bacias de captação de resíduos, conforme diretrizes estabelecidas no Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, voltado à melhoria da limpeza urbana e que possibilite o exercício das responsabilidades dos pequenos geradores;

II - implantação de um sistema de acesso telefônico, denominado "Disque Coleta", para pequenos coletores privados de Resíduos da Construção Civil e resíduos volumosos;

III - implantação de área para processamento local, destinatária dos grandes volumes de Resíduos da Construção Civil, Resíduos Volumosos e Resíduos Orgânicos Limpos;

IV - captação e processamento de Materiais Recicláveis nos domicílios e nos postos de coleta seletiva solidária;





# Prefeitura Municipal de Orobó

## Com Deus e o Povo Construindo um Orobó Novo.

- V -informação e educação ambiental dos munícipes, transportadores de resíduos e instituições sociais multiplicadoras, definidas em programa específico;
- VI -controle e fiscalização do conjunto de agentes envolvidos, definidas em programa específico;
- VII -gestão Integrada, desenvolvida pela Prefeitura, que garanta a unicidade das ações.

Art. 6º. Para efeito do disposto no artigo anterior, considera-se:

- a) REDE DE PONTOS DE ENTREGA PARA PEQUENOS VOLUMES: equipamentos públicos que, sem causar danos à saúde pública e ao meio ambiente, serão usados para a triagem, a coleta diferenciada e a remoção para destinação adequada;
- b) BACIAS DE CAPTAÇÃO DE RESÍDUOS: parcelas da área urbana municipal que ofereçam condições homogêneas para a disposição correta dos resíduos de construção ou resíduos volumosos nelas gerados, em único ponto de captação (pontos de Entrega) e que serão disponibilizadas às Associações de Coleta Seletiva Solidária para a captação de lixo seco reciclável;
- c) DISQUE COLETA: sistema de coleta de pequenos volumes de Resíduos da Construção Civil e resíduos volumosos, operado por pequenos coletores privados a partir dos Pontos de Entrega;
- d) ÁREA PARA PROCESSAMENTO LOCAL DE RESÍDUOS: área pública ou viabilizada pela administração pública, destinada à ação privada de recepção, triagem e processamento de Resíduos da Construção Civil, resíduos volumosos e resíduos orgânicos limpos;
- e) ÁREAS DE TRANSBORDO E TRIAGEM DE RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO (ATT): são os estabelecimentos privados destinados ao recebimento de Resíduos da Construção Civil e resíduos volumosos gerados e coletados por agentes privados, cujas áreas sem causar danos à saúde pública e ao meio ambiente, deverão ser usadas para triagem dos resíduos recebidos, eventual transformação e posterior remoção para adequada disposição;
- f) POSTOS DE COLETA SOLIDÁRIA (PCS): instituições públicas ou privadas (escolas, igrejas, empresas, associações e outras) captadoras do lixo seco reciclável, participantes voluntárias do processo de coleta seletiva solidária estabelecida por esta Lei;
- g) ASSOCIAÇÕES DE COLETA SELETIVA SOLIDÁRIA: associações locais autogestionárias, qualificadas como OSCIP ou OS, Cooperativas e Associações de Catadores, responsáveis pelo processo de coleta seletiva do lixo seco reciclável nos domicílios e nos Postos de Coleta Solidária.

Art. 7º. Os Resíduos da Construção Civil e os resíduos volumosos deverão ser destinados à rede de pontos de entrega, à área para processamento local, a áreas de transbordo e triagem ou áreas situadas em outros municípios, visando sua reutilização, reciclagem, reserva ou destinação mais adequada.

§ 1º. Os Resíduos da Construção Civil e os resíduos volumosos, bem como outros tipos de resíduos urbanos, não poderão ser dispostos em áreas de "bota fora", encostas, corpos d'água, lotes vagos, em passeios, vias e outras áreas públicas e em áreas protegidas por Lei.

§ 2º. Os geradores de pequenos volumes poderão recorrer, por meio do Disque Coleta, à remoção remunerada dos resíduos, realizada pelos pequenos coletores privados sediados nos Pontos de Entrega.

§ 3º. A área para processamento local e áreas de transbordo e triagem não poderão receber descargas de resíduos domiciliares, resíduos industriais e resíduos de serviços de saúde.

§ 4º. A área para processamento local e áreas de transbordo e triagem não poderão receber descargas





# Prefeitura Municipal de Orobó

## Com Deus e o Povo Construindo um Orobó Novo.

de transportadores que não tenham sua atuação licenciada pelo Poder Público Municipal.

§ 5º. Os Resíduos da Construção Civil serão integralmente triados pelos operadores da Área para processamento local e receberão a destinação definida em legislação específica, priorizando-se sua reutilização e reciclagem.

§ 6º. Os resíduos orgânicos limpos serão integralmente triados pelos operadores da Área para processamento local, aplicando-se tecnologia que permita sua valorização e/ou redução de massa e volume.

§ 7º. O número e a localização das áreas previstas, bem como o detalhamento das ações de educação ambiental e ações de controle e fiscalização, serão definidos e readequados pela Diretoria de Gestão Ambiental e pela Secretaria de Serviços e Obras ou de Infraestrutura, visando soluções eficazes de captação e destinação.

Art. 8º. O Poder Público Municipal, por meio da Secretaria de Serviços e Obras ou de Infraestrutura, criará procedimento de registro e licenciamento para que proprietários de áreas que necessitem de regularização geométrica possam executar Aterro de Resíduos de Construção Civil de pequeno porte, ouvido a Diretoria de Gestão Ambiental e obedecidas às normas técnicas específicas.

§ 1º. Para efeito do disposto neste artigo, consideram-se Aterros de Resíduos de Construção Civil: áreas onde serão empregadas técnicas de disposição de Resíduos da Construção Civil de origem mineral, classificados como classe A conforme disposições do anexo I desta lei, visando à reserva de materiais de forma segregada, possibilitando seu uso futuro e/ou ainda, a disposição destes materiais, com vistas à futura utilização da área, empregando princípios de engenharia para confiná-los ao menor volume possível, sem causar danos à saúde pública e ao meio ambiente.

§ 2º. Os resíduos destinados aos Aterros de Resíduos de Construção Civil deverão ser previamente triados, dispondo-se neles exclusivamente os resíduos de construção civil de natureza mineral, classificados como de classe A de acordo com as especificações do anexo I desta lei.

§ 3º. Fica proibida a aceitação, nos Aterros de Resíduos da Construção Civil, de resíduos de construção provenientes de outros municípios, excetuando-se o caso em que os responsáveis pelo Aterro sejam, comprovadamente, os geradores dos resíduos dispostos.

§ 4º. Toda e qualquer movimentação de terra que configure, por corte ou aterro, a alteração do relevo local, só poderá ser realizada mediante a análise e expedição de alvará pela Secretaria de Serviços e Obras.

Art. 9º. Os resíduos volumosos captados no Sistema para Gestão Integrada deverão ser triados, aplicando-se a eles processos de desmontagem, reutilização e reciclagem que evitem sua destinação final a aterro sanitário, sempre que possível.

Art. 10. Os Resíduos da Construção Civil de natureza mineral, designados como Classe A no anexo I desta lei, deverão ser prioritariamente reutilizados ou reciclados, sendo, se inviáveis estas operações,





# Prefeitura Municipal de Orobó

## Com Deus e o Povo Construindo um Orobó Novo.

conduzidos a Aterros de Resíduos da Construção Civil, para reserva ou conformação geométrica em áreas licenciadas.

§ 1º. O Poder Executivo Municipal regulamentará as condições de obrigatoriedade de uso destes resíduos, na forma de agregado reciclado, em obras públicas de infraestrutura (revestimento primário de vias, camadas de pavimento, passeios e muração públicos, artefatos, drenagem urbana e outras) e obras de edificações (concreto, argamassas, artefatos e outros).

§ 2º. Para efeito do disposto no parágrafo anterior, considera-se Agregado Reciclado o material granular proveniente do beneficiamento de resíduos de construção civil de natureza mineral (concreto, argamassas, produtos cerâmicos e outros), designados como Classe A no anexo I desta lei, que apresenta características técnicas adequadas para aplicação em obras de edificação ou infraestrutura.

§ 3º. As condições de obrigatoriedade de uso de agregados reciclados serão estabelecidas para obras contratadas ou executadas pela administração pública direta e indireta, obedecidas as normas técnicas ou especificações municipais vigentes.

§ 4º. Estarão dispensadas desta obrigatoriedade as obras de caráter emergencial, as situações em que não ocorra a oferta de agregados reciclados e situações em que estes agregados tenham preços superiores aos dos agregados naturais.

§ 5º. Todas as especificações técnicas e editais de licitação para obras públicas municipais deverão fazer, no corpo dos documentos, menção expressa a este dispositivo desta Lei, às condições nele estabelecidas e à sua regulamentação.

Art. 11. Os geradores de resíduos de construção e resíduos volumosos deverão ser fiscalizados e responsabilizados pelo uso correto das áreas e equipamentos disponibilizados para a captação disciplinada dos resíduos gerados.

§ 1º. Os geradores de Resíduos da Construção Civil e resíduos sólidos ficam proibidos de utilizar caçambas metálicas estacionárias para a disposição de outros resíduos que não exclusivamente resíduos de construção e resíduos volumosos.

§ 2º. Os geradores de Resíduos da Construção Civil e resíduos sólidos ficam proibidos de utilizar chapas, placas e outros dispositivos suplementares que promovam a elevação da capacidade volumétrica de caçambas metálicas estacionárias, devendo estas ser utilizadas apenas até o seu nível superior.

§ 3º. Os geradores de Resíduos da Construção Civil e resíduos volumosos, respeitado o disposto nos incisos II, IV e V do art. 4º, desta lei poderão transportar seus próprios resíduos e, quando usuários de serviços de transporte, ficam obrigados a utilizar exclusivamente os serviços de remoção de transportadores licenciados pelo Poder Público Municipal.

§ 4º. Os geradores de grandes volumes de resíduos de construção e os participantes em licitações públicas deverão desenvolver Projetos de Gerenciamento de Resíduos em Obra, em conformidade com





# Prefeitura Municipal de Orobó

## Com Deus e o Povo Construindo um Orobó Novo.

as diretrizes do

Sistema para a Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, com a legislação federal e com a regulamentação municipal específica.

Art. 12. A Coleta Seletiva Solidária do lixo seco reciclável constitui parte essencial do Sistema para a Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e será implantada de forma extensiva no município com priorização das ações de geração de ocupação e renda e das ações alteradoras do comportamento dos munícipes perante os resíduos que geram.

§ 1º. A coleta seletiva patrocinada pelo Poder Público Municipal terá como objetivo a solidariedade dos munícipes e suas instituições sociais com a ação de associações autogestionárias formadas por munícipes demandatários de ocupação e renda.

§ 2º. A coleta seletiva será operada por Associações de Coleta Seletiva Solidária, que passam a ser reconhecidas como agentes de limpeza urbana, prestadores de serviço de coleta de resíduos à municipalidade.

§ 3º. O serviço de coleta realizado pelas Associações de Coleta Seletiva Solidária qualificadas como OS – Organizações Sociais será remunerado pelo Poder Público Municipal, por meio do estabelecimento de Contratos de Gestão definidos em legislação federal específica.

§ 4º. As Associações de Coleta Seletiva Solidária associarão ao serviço de coleta seletiva, nas regiões sob sua responsabilidade, programas específicos de informação ambiental voltados à alteração do comportamento dos munícipes atendidos, perante os resíduos que geram em seus domicílios.

§ 5º. As Associações de Coleta Seletiva Solidária poderão utilizar espaços designados nos Pontos de Entrega para operacionalização da coleta do lixo seco reciclável nos domicílios e nos Postos de Coleta Solidária, instituições aderentes ao processo solidário patrocinado pelo município.

§ 6º. As ações das Associações de Coleta Seletiva Solidária serão apoiadas pelo órgão municipal responsável pelo desenvolvimento econômico e pela geração de ocupação e renda.

§ 7º. A adoção destes objetivos para a coleta seletiva patrocinada pelo Poder Público não elimina a possibilidade do desenvolvimento de ações privadas específicas, com objetivos diversos dos estabelecidos no Sistema para a Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, e que poderão ser a ele integradas.

Art.13. A Agência Ambiental Consorcial e seu Núcleo Permanente de Gestão do Sistema para a Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Consorcial, responsável pela coordenação do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil e das ações integradas, será organizado a partir criação da citada Agência Ambiental Consorcial.

Parágrafo único. A Agência Ambiental Consorcial e seu Núcleo Permanente de Gestão será regulamentado e implantado a partir de decreto do executivo municipal.





# Prefeitura Municipal de Orobó

## Com Deus e o Povo Construindo um Orobó Novo.

Art. 14. Caberá aos órgãos de fiscalização da Prefeitura, no âmbito da sua competência, regulamentada pelo Executivo, o cumprimento das normas estabelecidas nesta lei e aplicação de sanções por eventual inobservância.

Art. 15. No cumprimento da fiscalização, os órgãos da Prefeitura deverão:

- I -inspecionar e orientar os geradores e transportadores de entulho quanto às normas desta Lei;
- II -vistoriar os equipamentos, veículos cadastrados para o transporte, os recipientes acondicionadores de entulho e o material transportado;
- III -expedir notificações, autos de infração, de retenção e de apreensão;
- IV -enviar à Procuradoria Geral do Município, os autos que não tenham sido pagos para fins de inscrição na Dívida Ativa.

Art. 16. Aos infratores das disposições estabelecidas nesta lei e das normas dela decorrentes, serão aplicadas as seguintes penalidades:

- I -multa;
- II -embargo;
- III -apreensão de materiais e equipamentos;
- IV -suspensão por até 15 dias do exercício da atividade;
- V -cassação do alvará de autorização ou funcionamento da atividade.

Art. 17. Por transgressão do disposto nesta Lei e das normas dela decorrentes, consideram-se infratores:

- I -o proprietário, o ocupante, o locatário e, ou, síndico do imóvel;
- II -o responsável legal do proprietário do imóvel ou responsável técnico da obra;
- III -o motorista e, ou, o proprietário do veículo transportador;
- IV -o dirigente legal da empresa transportadora.

Art. 18. Quando da aplicação das penalidades previstas nesta Lei, serão considerados agravantes:

- I -impedir ou dificultar a ação fiscalizadora da Prefeitura;
- II -reincidir em infrações previstas nesta Lei e nas normas administrativas e técnicas.

Art. 19. O responsável pela infração será multado e em caso de reincidência, sofrerá a penalidade em dobro.

Art. 20. A multa será aplicada de acordo com a infração cometida, conforme tabela constante do Anexo II desta Lei, sem prejuízo das demais sanções previstas no artigo 16.

Parágrafo único. A quitação da multa, pelo infrator, não o exime do cumprimento de outras obrigações legais nem o isentará da obrigação de reparar os danos resultantes da infração detectada pela fiscalização.

Art. 21. As multas serão aplicadas cumulativamente quando o infrator cometer simultaneamente, duas ou mais infrações.

Art. 22. Os autos de infração serão julgados em primeira instância, pela autoridade administrativa competente do órgão responsável pela fiscalização das normas da presente Lei.





# Prefeitura Municipal de Orobó

## Com Deus e o Povo Construindo um Orobó Novo.

Art. 23. Quanto à penalidade prevista no inciso II do Art. 16, será aplicada após o decurso do prazo fixado na notificação, no caso de a irregularidade constatada pela fiscalização não for sanada.

§ 1º. Pelo não cumprimento do auto de embargo, serão aplicadas multas diárias de valor igual à multa estabelecida no auto de infração respectivo.

§ 2º. O Embargo pode ser cancelado caso o infrator tenha cumprido todas as exigências dentro dos prazos legais determinados no respectivo Auto.

Art. 24. A apreensão de materiais e equipamentos dar-se-á quando não for cumprido o embargo, lavrando-se o termo próprio.

Parágrafo único. Quanto à penalidade do inciso III do Art. 16, aplicar-se-á o disposto na legislação específica.

Art. 25. A penalidade prevista no inciso IV do Artigo 16 será aplicada após a segunda incidência de um embargo ou apreensão de equipamento, no transcorrer de um mesmo ano.

Art. 26. Após aplicação da penalidade prevista no inciso IV do Artigo 16 e havendo a prática de nova infração, qualquer que seja, será aplicada a penalidade do item V do mesmo artigo.

Art. 27. O Executivo deverá regulamentar os dispositivos desta lei no prazo de 60 dias, estabelecendo ainda os órgãos responsáveis pela sua fiscalização no município e o corpo de fiscais a ser constituído.

Art. 28. Fica autorizada, pelo Chefe do Poder Executivo, a criação da AGÊNCIA AMBIENTAL CONSORCIAL, em conformidade com as legislações Federal e Estadual cabíveis, a ser instituída no Consórcio Público Intermunicipal do Agreste Pernambucano e Fronteiras – CONIAPE.

Art. 29. As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 30. Fica aprovado o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de Orobó (PMGIRS) Anexo IV, parte integrante desta lei.

Art. 31. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Orobó, 23 de dezembro de 2015; 87º da Emancipação.

 Prefeitura Municipal de Orobó  
Secretaria Municipal de Administração

Publicado em 23/12/15

Secretário

  
CLÉBER JOSÉ DE AGUIAR DA SILVA  
Prefeito

 Prefeitura Municipal de Orobó  
  
José Tomás Barbosa de S. Brito  
Secretário de Administração





# Prefeitura Municipal de Orobó

Com Deus e o Povo Construindo um Orobó Novo.

## ANEXO I

(Parte integrante da Lei nº 1.012/2015)  
TABELA DE CLASSIFICAÇÃO DOS RESÍDUOS

CLASSE	DESCRIÇÃO	EXEMPLO DE RESIDUO
A	Resíduos reutilizáveis ou recicláveis como agregados	1) Resíduos de construção, demolição, reformas e reparos de pavimentação e de outras obras de infraestrutura, inclusive solos provenientes de terraplanagem; 2) Resíduos de construção, demolição, reformas e reparos de edificações, componentes cerâmicos (tijolos, blocos, telhas, placas de revestimento, etc.), argamassa e concreto; 3) Resíduos de processos de preparo e/ou demolição de peças pré-moldadas em concreto (blocos, tubos, meios-fios, etc.), produzidas nos canteiros de obras.
B	Materiais Recicláveis para outras destinações.	Plásticos, papel, papelão, metais, vidros, madeiras e outros.
C	Resíduos para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem ou recuperação.	Produtos oriundos do gesso, etc.
D	Resíduos perigosos oriundos do processo de construção ou; 2) Resíduos contaminados oriundos de demolições, reformas e reparos, enquadrados como Classe I da NBR 10.004 da ABNT.	1) Tintas, solventes, óleos e outros; 2) Obras em clínicas radiológicas, instalações industriais e outros.





# Prefeitura Municipal de Orobó

## Com Deus e o Povo Construindo um Orobó Novo.

### ANEXO II

(Parte integrante da Lei nº 1.012/2015)  
TIPOS DE INFRAÇÕES E VALOR DAS MULTAS

REFERÊNCIA	ARTIGO	NATUREZA DA INFRAÇÃO	VALOR DA MULTA (R\$)
I	Art. 4º, § 2º, b	Transporte de resíduos não permitidos	100
II	Art. 4º, § 2º, c	Ausência de dispositivo de cobertura de carga	50
III	Art. 4º, § 2º, d	Despejo de resíduos na via pública durante a carga ou transporte	50
IV	Art. 4º, § 2º, e	Ausência de documento de Controle de Transporte de Resíduos	25
V	Art. 4º, § 2º, f	Não fornecer comprovante de correta destinação	50
VI	Art. 4º, § 3º	Não fornecer orientação aos usuários	50
VII	Art. 4º, § 4º	Transportar resíduos sem licenciamento	100
VIII	Art. 4º, § 4º	Uso de equipamentos em situação irregular (conservação, volume excessivo)	25
IX	Art. 7º, § 1º	Deposição de resíduos em locais não autorizados	100
X	Art. 7º, § 3º	Recepção de resíduos não permitidos	100
XI	Art. 7º, § 4º	Recepção de resíduos de transportadores sem licença atualizada	25
XII	Art. 8º, § 2º	Utilização de resíduos não triados em aterros	25
XIII	Art. 8º, § 3º	Aceitação de resíduos provenientes de outros municípios	25
XIV	Art. 8º, § 4º	Realização de movimento de terra sem alvará	50
XV	Art. 11, § 1º	Deposição de resíduos proibidos em caçambas metálicas estacionárias	100
XVI	Art. 11, § 2º	Desrespeito do limite de volume de caçamba estacionária	25
XVII	Art. 11, § 3º	Uso de transportadores não licenciados	100

1. Os valores acima serão atualizados de acordo com a legislação pertinente.
2. A tabela não inclui as multas e penalidades decorrentes de infrações ao Código Brasileiro de Trânsito (Lei Federal 9.503, 23/09/97), em especial em relação aos seus artigos 245 e 246.
3. A tabela não inclui as multas e penalidades decorrentes de infrações à Lei de Crimes Ambientais (Lei Fed. 9.605, 12/02/98).





# Prefeitura Municipal de Orobó

Com Deus e o Povo Construindo um Orobó Novo.

## ANEXO III

(Parte integrante da Lei nº 1.012/2015)  
MODELO DE FICHA DE CONTROLE

Controle de Transporte de Resíduos

(em três vias: para o Gerador, Transportador e Receptor).

Transportador

(Nome e CPF e/ou Razão Social e Inscrição Municipal).

Gerador/Origem

(Nome e CPF e/ou Razão Social e CNPJ).

Endereço do local de geração.

Volume (m<sup>2</sup>) transportado

Descrição do Material Predominante:

-Solo

-Madeira

-Concreto/ Argamassas/Alvenaria

-Volumosos (inclusive Podas)

-Outros (especificar).

Data: / /

Visto do Transportador: \_\_\_\_\_

Visto da Área de Destinação de Resíduos: \_\_\_\_\_





# Prefeitura Municipal de Orobó

Com Deus e o Povo Construindo um Orobó Novo.

## ANEXO IV

Impresso e em mídia segue parte integrante do Projeto de Lei nº 14/2015 para fins de informações adicionais:  
Plano Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – Municípios Consorciados ao CONIAPE (PMGIRS)